



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Segunda-feira
(19/02)**

Manchetes

Folha de S. Paulo: Supremo se divide sobre intervenção; ala da corte critica decreto e vê falhas

G1: General interventor usará dados de inteligência para fazer ampla mudança nos cargos das polícias do Rio

UOL: Ativistas de favelas prometem monitorar intervenção federal na segurança do Rio

O Globo: Oposição tenta impedir governo de suspender intervenção para aprovar reforma da Previdência

UOL: Nº 1 do PCC fora dos presídios e comparsa são mortos no CE; principal hipótese é de briga interna

O Globo: Através da fronteira, PCC contrabandeia armas e drogas da Venezuela

O Globo: Investigação que envolve militares do Exército não anda no Estado do Rio

Folha de S. Paulo: STF discutirá regra geral para limitar prisão de grávidas

Paraná Portal: Ex-delegado do caso Tayná é condenado a 9 anos por tortura de suspeitos

Síntese das principais notícias

Intervenção Federal

Sessão na câmara: **G1** noticia que a Câmara dos Deputados deve votar nesta segunda-feira (19) o decreto de intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. A sessão no plenário está convocada para 19h. Durante o período da manhã, o presidente Michel Temer se reuniu com os conselhos da República e de Defesa Nacional, em uma tentativa de resposta às críticas de ter ignorado os dois órgãos ao tomar sua decisão de decretar intervenção na segurança pública do Rio. Os colegiados são órgãos superiores de consulta da Presidência e compete a eles pronunciar-se sobre intervenção



federal, estado de defesa e estado de sítio. O decreto da intervenção já está em vigor desde sexta-feira (16) e precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Ideias diferentes: Folha de S. Paulo noticia que há forte divisão sobre o decreto de intervenção federal nos bastidores do Supremo. Um grupo vê a iniciativa como necessária e outro a enxerga como eminentemente política. A ala do STF refratária à ação ressalta que ela é extremada, inédita e que já coleciona falhas formais – como a falta de consulta ao Conselho da República.

Tiroteios: Depois do decreto de intervenção federal, a região metropolitana do Rio de Janeiro teve um final de semana com registros de tiroteios semelhantes aos vistos nos dias anteriores. Até às 16h36 deste domingo, 17 casos foram mapeados pelo aplicativo Onde Tem Tiroteio (OTT). O número de arrastões, porém, aumentou: foram seis entre o sábado e o domingo. De acordo com dados do aplicativo, que mapeia os casos no Grande Rio, o primeiro fim de semana do mês teve o maior número de tiroteios – foram 23 no total. Na semana passada, em meio ao carnaval, foram 18 casos. Os dois primeiros finais de semana registraram ainda quatro arrastões cada um. Notícia da **Veja**.

Dados de inteligência: G1 noticia que o interventor federal da segurança pública no Rio de Janeiro, general Braga Netto, vai utilizar o acúmulo de dados de inteligência obtidos no período em que ele foi responsável pelo Comando Militar do Leste para fazer mudanças estratégicas nas polícias do estado. Avaliação feita no Palácio do Planalto é de que o grande problema no estado é que os comandos locais da Polícia Militar e Civil, nas comunidades e nos bairros, tinha intervenção política. Além disso, a constatação é de que uma parcela da polícia também tem influência de milícias e até mesmo do crime organizado.

Crivella se pronuncia: G1 noticia que o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, se pronunciou nesta sexta-feira (16) sobre a intervenção federal na segurança pública do Rio, solicitada pelo presidente da República, Michel Temer. Crivella elogiou Temer e disse que já havia feito pedido semelhante. O pronunciamento do prefeito foi feito através de sua assessoria



de imprensa, pois ele não retornou de sua viagem para a Europa. “Agradeço e parablenizo o presidente Temer pela ajuda ao Rio. No lançamento do Calendário Rio de Janeiro a Janeiro foi o que eu pedi. Lamento que isso não tenha ocorrido naquela ocasião”, disse o prefeito.

Sob controle: Após a assinatura do decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro em Brasília, o governador Luiz Fernando Pezão afirmou, em entrevista à **GloboNews**, que o estado não perdeu o controle no combate à violência. “Não vejo assim. Não perdemos esse controle. Vemos um aumento forte da criminalidade, em áreas que precisamos muito da ajuda do Exército, da Marinha, na área das Baías. A gente está vivenciando um momento muito difícil, que só as nossas forças de segurança não dão vazão a tantas demandas. Eu vinha pedindo sempre a GLO mais ampliada. A gente sozinho não está dando vazão. Não dá para patrulhar a Rio-Santos, a Rio-Teresópolis, a Baía de Guanabara, a Baía de Sepetiba”, explicou o governador.

Monitoramento: Organizações não governamentais e ativistas que atuam em favelas e subúrbios da capital fluminense estão se mobilizando para tentar monitorar a ação de forças de segurança durante a intervenção federal na segurança do Estado do Rio de Janeiro. Representantes do Observatório de Favelas, da Redes da Maré e outras entidades se reunirão na terça-feira (20) para discutir como fiscalizar a nova política e tentar evitar eventuais ações violentas contra moradores. Notícia do **UOL**.

Suspensão de intervenção: O **Globo** noticia que dois parlamentares da oposição entraram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde deste domingo, na tentativa de impedir que o governo suspenda temporariamente a intervenção no Rio para aprovar a reforma da Previdência. O recurso é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que participaram da elaboração da Constituição de 1988. Segundo eles, ao revogar a intervenção com o objetivo de aprovar uma emenda, o presidente Michel Temer estaria “burlando” a Constituição e abriria “precedentes perigosíssimos ao país.”



Gambiarra policial: Em entrevista à **EBC**, o ex-secretário nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, Coronel José Vicente, explicou como ocorre a intervenção no estado. O interventor, o Comandante Militar do Leste, General Walter Souza Braga Netto, vai articular o comando de batalhões, promover a integração entre as forças de segurança, estabelecer regras, dentre outras ações. O coronel acrescentou que não há como ter expectativa de mudanças a curto prazo.

Opiniões divididas: **Jornal Nacional** informa que a decisão do Governo Federal de intervir na segurança pública do Rio repercutiu entre políticos e representantes da sociedade civil. Houve manifestações contra e a favor da medida. No Congresso, os presidentes da Câmara e do Senado disseram que vão agilizar a votação.

Controle Externo

Apreensões de armas: **Band** noticia que o uso de fuzis por criminosos no Rio e em São Paulo quase dobrou nos últimos cinco anos. Nesse mesmo período, as apreensões feitas pela Polícia Federal nas fronteiras do País, de todos os tipos de armas, caíram 60,9. Só no Paraná, uma das principais rotas de entrada de armas e drogas no Brasil, a queda das apreensões foi de 78% no período.

Morte de traficantes: Duas das principais vozes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) fora dos presídios, Rogério Jeremias de Simone, o Gegê do Mangue, e Fabiano Alves de Souza, o Paca, foram mortos a tiros em uma suposta emboscada numa região indígena no Ceará na quinta-feira (15). De acordo com o Ministério Público (MP), atualmente, Gegê do Mangue era o número três na escala da chefia do PCC, abaixo de Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, recluso na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, onde está a cúpula da facção, e de Abel Pacheco, o Vida Loka, preso na penitenciária federal de Mossoró (RN). Notícia do **UOL**.

Força-tarefa: **G1** informa que após a polícia ter encontrado o corpo de um dos chefes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), Rogério Jeremias de Simone, o



Gegê do Manguê, em Aquiraz, na Região Metropolitana de Fortaleza, o governo federal informou que enviará uma força-tarefa ao estado. Segundo o Ministério da Justiça, o objetivo é reforçar as operações conjuntas de inteligência "diante dos últimos acontecimentos", e "dar apoio técnico às forças de segurança estaduais nas ações de combate ao crime organizado".

Segurança Pública: O presidente Michel Temer voltou a discutir o desmembramento das atribuições do Ministério da Justiça, que hoje abriga a Secretaria Nacional de Segurança Pública, após o agravamento da violência no Rio e em outras partes do País. Pesquisas encomendadas pelo governo mostram que a segurança é uma das principais preocupações da população, ao lado da saúde. Antes mesmo de sair do papel, no entanto, a pasta sofre resistência por parte dos ministérios da Justiça e da Defesa e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que argumentam não haver tempo hábil, no último ano de governo, para criar uma estrutura com capacidade de operação efetiva. O plano sobre a mesa de Temer, em forma de medida provisória, prevê que a Polícia Federal sairá da Justiça e ficará sob o guarda-chuva do Ministério da Segurança Pública. Notícia do **Estadão**.

Contrabando em fronteira: Documentos de investigações sigilosas conduzidas pela Polícia Civil do estado e transcrições de interceptações telefônicas entre presidiários de São Paulo e de Roraima, obtidos com exclusividade pelo **O Globo**, mostram, pela primeira vez, que a fronteira venezuelana tornou-se uma rota de negociação de armamentos pesados para o tráfico de drogas. Os grampos telefônicos, feitos com autorização judicial em setembro do ano passado, captaram uma negociação entre um representante do PCC de São Paulo e um integrante da facção em Roraima. Sem bloqueadores de celulares, o presídio de Roraima é um escritório avançado do PCC em linha direta com a sede da facção.

Investigação de militares: Promulgada em outubro do ano passado pelo presidente Michel Temer, a Lei 13.491 assegura que os delitos "dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil serão da competência da Justiça Militar da



União” quando praticados no contexto de atividade de operação de paz de garantia da lei e da ordem (GLO), como é o caso da intervenção no estado. Esta exceção garantida pela nova lei preocupa os promotores estaduais. Eles temem a repetição do impasse criado entre o Exército e o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) na investigação da chacina do Salgueiro, que em novembro do ano passado fez sete vítimas. Embora os principais suspeitos sejam 17 soldados do Exército que participaram da operação, até hoje o Comando Militar do Leste (CML) não atendeu à solicitação do MP de apresentá-los para depor. Notícia do **O Globo**.

Escolha de ministro: O ministro da Justiça, Torquato Jardim, afirmou neste domingo (18) que, por recomendação dele, o Ministério Extraordinário da Segurança Pública não será comandado por ninguém que tenha integrado a equipe do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (MDB), preso desde 2016 sob acusação de crimes de corrupção. A criação da pasta foi anunciada publicamente pelo presidente Michel Temer neste sábado (17), após reunião sobre a intervenção federal na segurança pública do Rio. Secretário de Segurança Pública do Rio na gestão de Cabral e de seu sucessor, o governador Luiz Fernando Pezão, entre 2007 e 2016, José Mariano Beltrame é cotado nos bastidores do Palácio do Planalto para assumir o novo ministério. Notícia do **UOL**.

Sistema Prisional

Aspecto humanitário: **UOL** noticia que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) concedeu, na última sexta-feira (16), o benefício da prisão domiciliar a uma mulher que havia sido presa com pouco mais de 40 gramas de maconha e deu à luz já presa. O caso de Jéssica Monteiro, 24, ficou conhecido porque a jovem teve de passar três dias com o recém-nascido, Henrico, em uma cela de dois metros quadrados do 8º Distrito Policial de São Paulo. A prisão domiciliar, negada na primeira instância, foi concedida pelo desembargador relator da 10ª Câmara de Direito Criminal do TJ, Carlos Bueno. Ele deferiu liminar solicitada pela OAB-SP, que, mais cedo, havia feito o pedido por intermédio das comissões de Direitos Humanos, Igualdade Racial, Direitos Infanto-Juvenis e da Mulher Advogada.



Prisão de grávidas: O STF (Supremo Tribunal Federal) discutirá a edição de uma súmula para pacificar o entendimento sobre a prisão de mulheres grávidas ou que já têm filhos. A proposta será apresentada à Comissão de Jurisprudência do tribunal pelo ministro Gilmar Mendes. Por ela, os magistrados terão que justificar as prisões, que devem ser excepcionais. A iniciativa surgiu depois de casos “escabrosos”, segundo ele, como o da mulher presa numa delegacia, em SP, com um recém-nascido. Notícia do **Folha de S. Paulo**.

Presídio inaugurado: G1 noticia que o governo inaugurou nesta sexta-feira (16) o Presídio Estadual de Anápolis, a 55 km de Goiânia. A obra custou R\$ 19 milhões e tem capacidade para 300 detentos. Durante o evento, o governador de Goiás, Marconi Perillo, disse que ainda é preciso construir 30 unidades no estado para reduzir a superlotação. Esta é a segunda unidade prisional inaugurada neste mês, sendo a outra em Formosa, no Entorno do Distrito Federal. O presídio de Anápolis tem 6 mil m² de área construída, com dois pavilhões de celas, que têm capacidade para até oito detentos. Eles podem ser divididos por níveis de periculosidade. O governador afirmou que o presídio não abrigará mais presos do que a capacidade máxima. "Começaremos transferindo alguns presos de Anápolis e, em seguida, os de outras unidades do estado", afirmou.

Contenção de rebelião: G1 informa que a Polícia Militar foi chamada para ajudar a conter uma rebelião após uma tentativa de fuga no presídio Milton Dias em Japeri, na Baixada Fluminense, no último domingo (18). Agentes penitenciários e outros detentos foram feitos reféns por homens armados no interior do presídio. Por volta da meia-noite, todos os 18 reféns haviam sido libertados - 8 agentes penitenciários e 10 detentos. A PM enviou para o local o Batalhão de Choque, o Bope e todos os batalhões da Baixada Fluminense. O Grupo de Intervenção Tática (GIT), da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) foi chamado no Complexo de Gericinó, na Zona Oeste, e se deslocou para o local.

SINOPSE DE NOTÍCIAS



Delegado condenado: Paraná Portal noticia que o delegado Silvan Rodney Pereira foi condenado a 9 anos e 4 meses de prisão por torturar quatro homens que eram suspeitos da morte da adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos. Ele deve cumprir pena em regime fechado pelos crimes de abuso de autoridade, tortura, estupro e lesão corporal. De acordo com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o juiz Hermes da Fonseca Neto, da 1ª Vara Criminal de Colombo, também condenou o investigador de polícia, Jair Paulino da Silva, a 15 anos de prisão e o chefe de investigação, Rudis Eloi Pratto, a 9 anos e quatro meses de prisão. Um policial militar envolvido no caso teve o processo encaminhado para a Justiça Militar, devido a Lei 13.491/17, que prevê que os delitos dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil serão da competência da Justiça Militar da União.